



Habitação de interesse social na área urbana de Ijuí-RS: interlocução dos programas habitacionais com o desenvolvimento local no período de 2009 a 2019

Mariane Cristina Camargo Finkler¹

Airton Adelar Mueller²

Tarcisio Dorn de Oliveira³

Submissão: 18/10/2021

Aceite: 12/01/2022

Resumo

A habitação de interesse social (HIS) instiga o desenvolvimento municipal local oferecendo às pessoas, em situação vulnerável, o direito a moradia digna. A pesquisa estrutura-se pelo viés do objetivo 11 da Agenda 2030, o qual propõe tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, tendo como objetivo identificar os programas de HIS executados no período de 2009 a 2019 em Ijuí/RS refletindo suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do município. O presente estudo classifica-se como uma pesquisa de campo, quantitativa, quanti-qualitativa, bibliográfica e documental, sendo que, a amostra foi constituída por 306 famílias de diferentes programas habitacionais implantados na área urbana do município. Por conta do contexto social atual (pandemia da Covid-19), a coleta de dados foi realizada a partir de um questionário com 36 questões fechadas e 1 questão aberta, a respeito da satisfação quanto aos benefícios do programa habitacional e da correlação com a HIS, utilizando-se da ferramenta *Google Docs*. Os resultados dão conta que os programas habitacionais de HIS implantados no período de 2009 – 2019 atenderam as famílias que estavam desamparadas até então, propiciando uma vida digna aos beneficiados. Nota-se que os programas habitacionais do período contribuíram para o desenvolvimento local do município diminuindo a desigualdade social, ao passo que, as políticas públicas municipais subsidiaram condições e oportunidades para aumentar as capacidades daqueles menos favorecidos.

Palavras-chave: Habitação social. Desenvolvimento local. Agenda 2030.

Social housing in the urban area of Ijuí-RS: dialogue between housing programs and local development from 2009 to 2019

Abstract

Social interest housing – HIS encourages local municipal development, offering people in vulnerable situations the right to decent housing. The research is structured around the objective 11 of the 2030 Agenda, which proposes to make cities and human settlements inclusive, safe, resilient and sustainable, aiming to identify the HIS programs executed from 2009 to 2019 in Ijuí/RS reflecting its contributions to the socioeconomic development of the municipality. This study is classified as field research, quantitative, quanti-qualitative, bibliographical and documentary, and the sample consisted of 306 families from different housing programs implemented in the urban area of the municipality. Due to the current social context (Covid-19 pandemic), data collection was performed using a questionnaire with 36 closed questions and 1 open question, regarding satisfaction with the benefits of the housing program and the correlation with the HIS, using the *Google Docs* tool. The results show that the HIS housing programs implemented in the period 2009 – 2019 served families that were helpless until then, providing a dignified life for the beneficiaries. It is noted that the housing programs of the period contributed to the local development of the municipality, reducing social inequality, while municipal public policies subsidized conditions and opportunities to increase the capacities of those less favored.

Keywords: Social habitation. Local development. 2030 schedule.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ). <https://orcid.org/0000-0002-1705-8001> E-mail: mari_ane.rs@hotmail.com

² Doutorado em Sociologia (Freie Universität Berlin, Alemanha). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). <https://orcid.org/0000-0001-6270-5856> Email: airton.mueller@unijui.edu.br

³ Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo (IMED) e Doutorado em Educação nas Ciências (UNIJUÍ). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). <https://orcid.org/0000-0001-5842-2415> E-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com

1 Introdução

A habitação por interesse social – HIS e as interlocuções com os programas habitacionais dão suporte na questão da moradia e das condições para que as famílias carentes de baixa renda possam ter a casa própria e com qualidade. Os programas habitacionais de HIS, tratam de famílias desabrigadas, em condições precárias, sem saneamento básico ou com mínimas condições de sobrevivência – encontrando-se na faixa da pobreza.

Francelin (2003) declara que é possível encontrar um estudo epistemológico para entender as problemáticas e os avanços do sistema habitacional que busca atender às famílias mais necessitadas. O autor corrobora ao destacar que se faz necessário compreender que existem “novas” estruturas disciplinares presentes no debate sobre a construção científica. Retratando os fatores que influenciam para a gestão das políticas públicas no atendimento das famílias mais carentes.

Esta iniciativa do governo federal, estadual e municipal, vem apresentando soluções e oportunidades para famílias carentes que encontram-se muitas vezes em vulnerabilidade social, e de extrema pobreza. Destaca-se, ainda, que este olhar para os mais necessitados é indispensável na sociedade em que vive-se.

Os indivíduos vivem em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existem e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, como também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade. Ver o desenvolvimento como liberdade nos dá perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente (SEN, 2002, p. 168)

Nesse sentido, pode-se dizer que as instituições são as bases que contribuem e dão suporte para o desenvolvimento, conforme o autor Amartya Sen, é preciso dar um suporte para aqueles que não tiveram tantas oportunidades e são reféns das desigualdades sociais, e isso é possível através de políticas públicas, subsidiar, dar oportunidade para aqueles menos favorecidos. Criar subsídios e caminhos para as famílias carentes, onde possam futuramente desenvolver e progredir.

Criado por Mahbub ul Haq e Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento (PNUD, 2002). Para Sen (2002), os mecanismos para o desenvolvimento, passam pela concepção

de liberdade, onde é preciso as pessoas terem liberdades para escolher o que é melhor para elas e suas famílias, as privações, e a ausência de assistencialismo, retrata o abandono social.

O Estado é ator político e jurídico determinante para promover transformações no âmbito político, social e econômico (DIAS, 2010). Nota-se a necessidade e a falta de subsídios para muitos obterem o mínimo das condições básicas de sobrevivência. As políticas públicas existentes dão suporte às famílias de baixa renda existe uma grande procura por ações assistências por isso são programas importantes para o desenvolvimento local.

O poder público, através da Secretaria de Desenvolvimento do município de Ijuí / RS, faz o trabalho de captação das famílias carentes e designa essas aos programas habitacionais do município por meio do cadastro único, no qual pode se obter dados que venham demonstrar a realidade dos mais necessitados e, assim, promover as ações assistenciais determinadas à situação de cada família.

Nesse sentido, para Dias (2010), deve ser o Estado o órgão interventor que produza políticas públicas em busca da efetivação de seu sistema jurídico, que crie normas e ordenamentos jurídicos que possibilitem maior igualdade e justiça social, que atue por meio de seus funcionários na busca da concretização da dignidade da pessoa humana.

No que diz respeito à moradia digna e de qualidade, pode-se afirmar que é benefício de poucos, mesmo sendo um direito assegurado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), artigo 6º, de 1988, que traz a Moradia como Direito Humano Fundamental, a partir da emenda nº 25 de 2000, e pela Lei Municipal de Ijuí de nº 5.322 (IJUÍ, 2010), de 14 de setembro de 2010. As condições para se ter moradia, no Brasil, vão de encontro às oportunidades sociais, e muitas famílias não as possuem e estão em situação de extrema pobreza ou vulnerabilidade social.

Os programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social e demais projetos sociais, são programas que identificam e promovem o atendimento às famílias de baixa renda; famílias que, muitas vezes, são despejadas de suas casas ou de assentamentos irregulares, e acabam passando noites a céu aberto com seus filhos, sem ter um abrigo.

Para Sen (2002, p. 18), “o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”. Entende-se que é a partir destas relações, estudando as contribuições dos programas habitacionais, que se pode ingressar na busca de soluções e informação para melhorar as condições humanas e territoriais das cidades.

A pesquisa é baseada no objetivo 11 da Agenda 2030 observando a importância de todo o sistema estratégico de planejamento na elaboração de ações relevantes que asseguraram um apoio coerente e integrado à sociedade, refletindo o quanto é importante o estudo do desenvolvimento, utilizando a teoria do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen relacionado o quanto a sociedade precisa pensar em igualdades e capacidades para todos poderem adquirir condições melhores de vida, destacando os programas habitacionais e as efetivas ações do governo para diminuir a diferença da desigualdade social.

2 Habitação de interesse social (HIS) e o desenvolvimento local

O poder público através de programas de HIS demonstra se há ou não um olhar para as famílias de baixa renda dos municípios, sendo que, a falta deste olhar acarreta inúmeras consequências para as famílias necessitadas. O abandono e a vulnerabilidade social afeta a sociedade e a desigualdade promovendo disparidade e preocupação para com os menos favorecidos.

Em 1972 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano – CNUMAH em Estocolmo que já preceituava essa ideia, ao afirmar que o homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequado em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras.

Já em 1992 realiza-se na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, quando essa nova forma de desenvolvimento foi amplamente aceita e difundida, passando a ser o objetivo da Agenda 21, aprovada na oportunidade, bem como um modelo perseguido pela grande maioria dos países signatários.

Tais eventos foram fundamentais para as políticas habitacionais pois nota-se um conjunto de ações em prol de pessoas mais necessitadas, haja vista, que há muito o que fazer a fim de subsidiar moradia e qualidade de vida, tirando, muitas vezes, estes sujeitos da extrema pobreza. Azevedo (1988) afirma que o grande marco do surgimento de legislação e de políticas sociais no Brasil foi a Revolução de 1930 destacando que com o passar do tempo o interesse deu-se de forma mais visível.

Nas últimas décadas percebe-se um maior interesse em estudos sobre políticas públicas, em especial no Brasil. Trevisan e Bellen (2008) destacam que esse novo fenômeno deve-se, em grande parte, às alterações históricas, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade

brasileira, encaradas pelos governos como um desafio, as quais se traduziram em modificações sobre a forma de compreender, formular e avaliar suas próprias políticas.

Para tanto, essa preocupação é fundamental, pois quanto antes planejar o desenvolvimento local e atender as necessidades da população, esta acontecendo no mundo um envolvimento muito eficaz se houver planejamento e competência. Entende-se que a busca em atender as necessidades da população torna um país mais digno e integrado, o qual se preocupa e busca resolver os problemas da sociedade.

Martins (2002) menciona que o desenvolvimento local é, na verdade, um evento *sui generis*, resultante do pensamento e da ação à escala humana, que confrontam o desafio de enfrentar problemas básicos e alcançar níveis elementares e auto-referenciados de qualidade de vida na comunidade. Isso até poderia não ser considerado ruim se fossem levados em conta os aspectos relacionados à falta de condições e o aumento da desigualdade social no mundo, bem como o reflexo disso no ambiente. Mas o cenário de hoje apresenta um país que está diante de uma questão que diz respeito mais à qualidade do que à quantidade dessa população. A qualidade de vida é um desafio em nossos tempos onde poucos tem a mesma oportunidade.

Para o autor supracitado é certo que compreender o desenvolvimento local requer, indispensavelmente, que haja uma reflexão sobre conceitos básicos que, em última análise, estão diretamente implicados no cenário formado pela própria dinâmica da vida e o ambiente de entorno. Desta forma, percebe-se que há um caminho em que a sociedade move-se na busca de melhorias para a população, a união da sociedade e governantes deve existir e promover soluções que vão afetar a comunidade como um todo. Nesse viés, Silva (2012) destaca que o sucesso de uma política pública se relaciona ao grau de conhecimento que se tem sobre o seu objetivo, o que busca maximizar a viabilidade da instituição de programas de ações governamentais, e, ao mesmo tempo, sua eficácia está vinculada ao grau de articulações e seus atores.

O governo e a sociedade envolvem-se em projetos e defesa de direitos e programas para atender os menos favorecidos, resultando em políticas públicas elaboradas para solucionar problemas que afetam a comunidade, em busca de desenvolvimento. Segundo Hirano e Estenssoro (2006), destaca-se que a construção de um sistema de oportunidades sociais potencializa o desenvolvimento humano através do processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições de vida humana.

Para tanto, no que diz respeito à moradia digna e de qualidade, pode afirmar-se que é benefício de poucos, pois, mesmo sendo um direito assegurado pela Constituição Federal, a

condição para se ter moradia no Brasil vai de encontro às oportunidades sociais, e muitas famílias que não possuem moradia estão em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social. Azevedo (1988) assevera que o grande marco do surgimento de legislação e de políticas sociais no Brasil foi a Revolução de 1930. Ressalta-se, ainda, que, com o passar do tempo, o destaque e o interesse que se deu pelos programas habitacionais foi se tornando cada vez mais visível.

A busca pelo desenvolvimento e as compreensões destas prioridades retratam a importância das atitudes para garantir melhores condições de vida da sociedade, buscando uma forma de equacionamento das necessidades básicas e promovendo soluções para melhorar a qualidade de vida dos menos favorecidos. O desenvolvimento, para Barquero (2002), pode ser visto como um novo paradigma de desenvolvimento, emergindo da organização das comunidades locais em torno de uma estratégia para a ação, e essas têm uma identidade própria, que as leva a tomar iniciativas para o fortalecimento de sua capacidade organizacional. Para tanto, destaca-se o desenvolvimento como sendo um objetivo de uma comunidade que enxerga suas necessidades e preocupações.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), o Brasil possui extensão territorial de aproximadamente 8,5 milhões de km² e população de 170 milhões de habitantes, o que significa uma densidade demográfica de 20 habitantes por km². Há, porém, forte concentração da população brasileira e de suas atividades socioeconômicas numa pequena proporção do território nacional.

De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Contudo, o desenvolvimento local vai além do territorial, ao passo que, busca-se entender o todo, com a participação da sociedade, para que aja melhorias em torno das necessidades das pessoas. Procura-se entender, também, o envolvimento dos sujeitos no enfoque da cidadania, mostrando que podem crescer conjuntamente, reforçando que para o desenvolvimento aconteça é preciso envolvimento da sociedade, é preciso ainda, atender as prioridades da população.

3 Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Organização das Nações Unidas – ONU em 2015, teve como prioridade o lançamento da Agenda 2030. Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade (LOBO, 2015). Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Conforme a Agenda 2030, para o desenvolvimento sustentável, a ONU reconhece que a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Para a Confederação Nacional de Municípios – CNM , a Agenda 2030 consiste em uma Declaração com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas pautada em cinco áreas de importância (ou 5 Ps): Pessoas – erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; Prosperidade – garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; Paz – promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; Parcerias – implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e Planeta – proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras.

A Agenda 2030 partiu dos chefes de Estado e de governo e Altos Representantes, os quais se reuniram na sede das Nações Unidas, em Nova York, de 25 a 27 de setembro de 2015, e deliberaram sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais. De acordo com a ONU, as áreas incluídas são:

- a. Oferecer a todos habitação adequada.
- b. Aperfeiçoar o manejo dos assentamentos humanos.
- c. Promover o planejamento e o manejo sustentáveis do uso da terra.
- d. Promover a existência integrada de infraestrutura ambiental: água, saneamento, drenagem e manejo de resíduos sólidos.
- e. Promover sistemas sustentáveis de energia e transporte nos assentamentos humanos.
- f. Promover o planejamento e o manejo dos assentamentos humanos localizados em áreas sujeitas a desastres.
- g. Promover atividades sustentáveis na indústria da construção.
- h. Promover o desenvolvimento dos recursos humanos e da capacitação institucional e técnica para o avanço dos assentamentos humanos.

A ONU também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o

maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. “No Brasil tem sido crescente a participação da sociedade junto ao poder público na formulação, execução e controle de políticas públicas, fenômeno que veio a ser viabilizado por causa do processo de democratização do país” (TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016, p. 20).

Ainda, a referida Agenda, traz um compromisso e a importância de todo o sistema estratégico de planejamento para a execução e a elaboração das ações a serem tomadas para as relevantes mudanças, a fim de assegurar um apoio coerente e integrado à sociedade. O documento traz um plano de ação que busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (AGENDA 2030).

Segundo o PNUD, Objetivo 11: Cidades e comunidades sustentáveis, mais da metade da população do planeta vive em áreas urbanas. Em 2050 esse número chegará a 6,5 bilhões de pessoas – dois terços de toda a humanidade. O desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem uma transformação significativa na forma de construir e gerenciar os espaços urbanos. Destaca-se que a pesquisa trata do Objetivo 11 da Agenda 2030 (ONU, 2015): tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, referindo-se às Cidades e Comunidades Sustentáveis. Este objetivo apresenta que transformar significativamente a construção e a gestão de espaços urbanos é essencial para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado.

Um dos pontos relevantes no estudo é a preocupação de que, até 2030, o objetivo da Agenda seja alcançado, o qual visa a garantir o acesso de todos à habitação segura adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar as favelas. “A história do homem é, segundo Marx Weber, a história de luta de classes, uma luta constante entre interesses opostos, embora nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada” (COSTA, 1987, p. 74). Assim, pode-se afirmar que o estudo colabora para esta realidade até os tempos de hoje. Segundo Costa (1987), o capitalismo surgiu na história quando, por circunstâncias diversas, uma enorme quantidade de riqueza se acumula nas mãos de uns poucos indivíduos, interessados sempre em obter mais lucros.

De acordo com Koury, Bonduki e Manoel (2003) o levantamento documental da produção de habitação social no país, no período de 1930 a 1964, apresenta que, na época de Vargas, em 1930, os Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs – e a Fundação da Casa Popular – FCP,

financiaram ou construíram mais de 140.000 unidades habitacionais, sendo que os dois órgãos instalaram, respectivamente, cerca de 279 e 143 conjuntos habitacionais em todo o país.

O que parecia estar em jogo naquele momento era estabelecer parâmetros para uma produção que conjugasse a qualidade urbanística e arquitetônica das unidades a um bom aproveitamento dos terrenos e a um custo relativamente baixo de construção, na perspectiva de possibilitar uma produção massiva de moradia, no âmbito das intenções de Vargas, que pretendia fazer da produção de habitação com recursos da previdência mais uma marca de sua atuação como protetor dos trabalhadores. (KOURY; BONDUKI; MANOEL, 2003, p. 5).

Conforme a ONU o Objetivo 11 é destaque pois, nota-se um envolvimento dos municípios e governos para resolver estes problemas que envolvem a falta de moradia para famílias carentes. Pensar em planejamento urbano e desenvolvimento urbano é inevitável, é preciso para que possa haver as melhores iniciativas em prol da sociedade.

Contudo nota-se que no surgimento dos programas assistenciais de moradia, para famílias de baixa renda além de beneficiar famílias ainda se tratava de um ganho político, comenta-se que servia para promover ações políticas em tempo de eleições, pode se dizer que os benefícios que este assunto tratava promovia campanhas futuras de eleições. Conquistando mesmo assim, um avanço para a população obter a casa própria.

4 Desenvolvimento Sustentável Urbano

Ver o desenvolvimento como liberdade dá uma perspectiva na qual a avaliação institucional pode ocorrer sistematicamente, pois atender os menos favorecidos é uma das prioridades para gerar desenvolvimento, oportunidades para a população ter o poder de escolha, de qualidade de vida, de uma moradia digna. Conforme Sen (2002), os indivíduos vivem e atuam em um mundo de instituições. Nossas oportunidades e perspectivas dependem crucialmente de que instituições existam e do modo como elas funcionam. Não só as instituições contribuem para nossas liberdades, mas também seus papéis podem ser sensivelmente avaliados à luz de suas contribuições para nossa liberdade.

O autor supracitado colabora, ainda, que à luz da visão mais fundamental de desenvolvimento como liberdade, esse modo de apresentar a questão tende a passar ao largo da importante concepção de que essas liberdades substantivas (ou seja, a liberdade de participação política ou a oportunidade de receber educação básica ou assistência médica) estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento.

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento (SEN, 2002, p. 71).

O comprometimento social na sociedade atual e a busca pela cooperação e pela solidariedade, podem transformar benefícios e proporcionar condições necessárias para oportunizar qualidade de vida aos menos favorecidos. É importante destacar que existem as necessidades básicas e que muitas famílias não possuem o mínimo para sua sobrevivência. Mesmo sendo uma realidade de cidades maiores, a pobreza no município é grande em muitas localidades.

Para a sociedade se desenvolver pode se afirmar que o desenvolvimento local e urbano precisa acontecer. E isso é possível quando as pessoas tiverem oportunidades e liberdades substantivas e reais, conforme advoga o autor Amartya Sen, essas oportunidades são adquiridas a partir das políticas públicas que subsidiam as condições e ações para aumentar as capacidades daqueles menos favorecidos.

De acordo com Martins (2002), o termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. O desenvolvimento, associado ao progresso material, decorre de uma visão positivista que somente o enxerga no crescimento de taxas e indicadores econômicos (MARTINS, 2002).

A preservação do meio ambiente, entendida como elemento essencial à satisfação das necessidades humanas das gerações atuais e futuras, tem sido o ponto central das discussões acerca do meio ambiente e dos modelos de desenvolvimento. Dentre os diversos termos utilizados recentemente, a expressão desenvolvimento sustentável adquire cada vez mais consenso, porém ainda encontra na prática as suas maiores dificuldades (ABIKO; MORAES, 2009). O planejamento das cidades, e o desenvolvimento local, está interligado e relacionado com os objetivos do desenvolvimento sustentável, pensando em como deve ser tratado os assuntos e promover efetivas transformações no ambiente em que se encontram, onde há a necessidade de avançar em projetos sociais para melhor atender as reais necessidades da população.

A sistemática da participação da comunidade, ou a participação cívica, interagem horizontalmente e constituem uma forma essencial de capital social, há a participação da comunidade, seu envolvimento em programas e projetos em prol do desenvolvimento regional, geram liberdades de escolhas e uma prospecção da vida com intenção de agregar valor, pensando na qualidade de vida das pessoas e comunidade. O capital social aparece como um

fato em que o interesse pelas questões públicas e a devoção às causas públicas são os principais sinais de virtude cívica. O significado básico da virtude cívica parece residir em um reconhecimento e em uma busca perseverante do bem público, à custa de todo o interesse puramente individual e particular (PUTNAM, 2000).

Putnam (2000) afirma, ainda, que os sistemas de participação cívica conformam uma interação horizontal e constituem uma forma essencial de capital social. O autor apresentou, em seu estudo, o quanto é melhor o desempenho do governo regional numa dada região e maior a qualidade de seus governos locais, sendo, assim, possível destacar que o desempenho governamental é determinado pelas tradições cívicas e pelo capital social (PUTNAM, 2000). Putnam (2000) menciona que nas comunidades cívicas, caracterizadas pela presença de cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração, há uma forte relação estabelecida entre o desempenho institucional e a comunidade.

Partindo deste pressuposto, pode-se afirmar que os movimentos sociais fazem sua parte, reunindo e apresentando suas preocupações ao poder público referentes àquelas famílias que mais precisam. Exemplo disso são as Comunidades Eclesial de Base (CEBs), pastorais e movimentos de bairros existentes em pequenas e grandes cidades. A política pública por muitos anos atendeu as necessidades de poucos, mas após o envolvimento das comunidades, e seus líderes comunitários houve uma grande mudança.

Para definir política pública, Aith (2006) destaca que se deve abordar a atividade estatal de elaboração, planejamento, execução e financiamento de ações, compreendida com a consolidação do Estado Democrático de Direito e com a promoção e proteção dos direitos humanos. Pode-se afirmar que existe a preocupação da realocação das famílias atendidas pelos programas habitacionais, esta preocupação através do atendimento além de moradia é entregue também cidadania, socialização, integração, qualidade de vida. É importante destacar que as políticas públicas apesar de darem o suporte as famílias menos favorecidas ainda é um fator político.

Dependendo do governo, portanto, que se está no momento os programas podem ou não ser realizados, muitos foram excluídos e outros renovados, e ainda assim, é impressível notar a necessidade desses subsídios em prol das famílias independente de governos. A necessidade continua a existir mesmo que mude o partido político dos governos. A população tem grande envolvimento nas lutas pelos direitos, mas a efetiva estruturação de um programa se dá nos governos quando são integralmente realizados para beneficiar a população.

5 Metodologia

O presente estudo refere-se a uma pesquisa quantitativa, quanti-qualitativa e bibliográfica/documental ao entender que: Quantitativa trabalha dados passíveis de mensuração por meio, especialmente, de procedimentos estatísticos; Quanti-qualitativa trabalha com dados de fácil quantificação e complementa-os com dados subjetivos ou descritivos e; Bibliográfica/documental ao embasar-se teoricamente em autores da área e demais fontes de informação (tabelas, estatísticas, relatórios, fotografias, etc).

A população deste estudo constitui-se de 1.300 famílias atendidas pelos programas habitacionais no período de 2009 a 2019 no município de Ijuí-RS. A amostragem totalizou 306 famílias, conforme Quadro 1, sendo que 240 famílias optaram não responder. No entanto, 66 famílias responderam o questionário através do formulário *Google Docs* e aplicativo *WhatsApp*. Os dados coletados foram analisados a partir do método *Survey*. Quanto ao tratamento dos dados, realiza-se o tratamento estatístico, a disposição da análise quantitativa e a análise crítica, buscando desvelar as interconexões, as relações das partes com a totalidade, a historicidade dos fenômenos e as suas contradições, considerando-se tanto as informações quantitativas quanto as qualitativas.

6 Resultados e discussão

6.1 Análise dos resultados

Buscou-se identificar, entre os anos de 2009 até 2019, os Programas existentes no município de Ijuí / RS sendo eles: PMCMV (Federal); Programa de Regularização Fundiária (tem contrapartida do município); Programa de Atendimento em Casos Emergenciais; Programa Benefício Aluguel Social (este já não cabe novos integrantes, permanecendo somente os que já estavam inicialmente). Destaca-se que foram 1.300 famílias beneficiadas entre apartamentos e casas novas. O quadro 1 apresenta, em quantitativos, os beneficiados no município no período de em estudo.

De acordo com o Ipea (ODS11), constata-se que é de extrema importância a promoção de oportunidades na questão da habitação social. O desenvolvimento sustentável, criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Agnu), abordando mais especificamente o 11º ODS, fala a respeito de tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Quadro 1 – Apresentação dos Programas Habitacionais realizado pela Prefeitura de Ijuí

Programas Habitacionais realizado pela Prefeitura de Ijuí	Quantidades de Imóveis entregues
Resolução 460 FGTS federal /municipal	24 casas
Resolução 518 federal/municipal	114 casas
Emancipar estadual/municipal	20 casas
PAC 1/Federal /Municipal: Condomínio Frida Heck	30 Aptos.
PSH Federal/municipal melhorias pulverizadas no Bairro Luis Fogliatto	1.860 reformas
PMCMV/ PAC2: Pedreira	24 casas
PMCMV Residencial Colmeia	400 Aptos
PMCMV Residencial Julio Taube	176 Aptos
PMCMV Residencial Minha Casa	240 Aptos
PAC 2 Residencial Pedreira	80 Aptos

Fonte: Prefeitura Municipal de Ijuí (2020).

Na pesquisa foi utilizado o questionário (Apêndice), instrumento de pesquisa para a temática da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí). As políticas públicas que estão sendo realizados no município, atendem as famílias dando um pouco de dignidade, condições de uma vida melhor e proporcionam integração social. Pois as necessidades destas famílias são ainda maiores, são famílias de baixa renda que possuem muitas outras dificuldades, como por exemplo a situação escolar, saúde, emprego e estão em vulnerabilidade social.

Conforme a agenda 2030, nota-se que é necessário pensar no todo para haver uma mudança social. O desenvolvimento sustentável é princípio básico para sobrevivência, onde as necessidades básicas serão atendidas, políticas públicas darão condições e o alicerce para o desenvolvimento local, estes são fatores importantes para uma transformação social. Para tanto, destaca-se que os governos e órgãos municipais se preocupam com as famílias, que vivem em vulnerabilidade social no município. Sendo assim, com o envolvimento destes setores designam as famílias aos Programas Habitacionais para adquirir a casa própria ou a reforma de suas casas.

Portanto, as famílias selecionadas passam por um cadastro em que é avaliado o risco e a vulnerabilidade em que se encontram, sendo estes tratados com urgência para a alocação em imóveis disponíveis pela prefeitura ou destinados a participar dos programas habitacionais do governo federal no caso o Programa Minha Casa Minha Vida. Alguns imóveis são casas e/ou apartamentos. Então, suas necessidades são avaliadas e as famílias que se encaixam no programa para reformas, são atendidas tornando a moradia apta. A seguir o resultado do questionário realizado com as famílias beneficiadas pelos Programas Habitacionais acima listados:

Participação: Realizou-se o questionário com os síndicos e moradores, ainda contou-se com a intervenção dos advogados dos condomínios e alguns vereadores, estes sendo fundamentais para que o questionário chegasse até as famílias beneficiadas pelos programas habitacionais. A amostra foi de 306 famílias, sendo que destas, 66 famílias retornaram o questionário e 240 optaram não querer responder. Observa-se que muitos moradores expressavam um certo medo em responder a enquete, tendo em vista, que moram nas unidades habitacionais mas não são os reais beneficiários (ocupam os imóveis de situação irregular).

Tipologia do Imóvel: 89,4% dos entrevistados responderam que moram em apartamento/condomínios, 7,6% têm moradias em casas e 3% em casa sobreposta/ sobrado. Percebe-se que a maioria encontra-se residindo em unidades habitacionais condomínias.

Condição no Domicílio: 60,6% são chefe de família, 27,3% Pai/ Mãe, 10,6% filho(a) e 1,5% outro parente. Nota-se que a maioria dos respondentes são mãe solteira e chefes de família necessitando trabalhar para sustentar sua prole.

Faixa-etária: Dos moradores que respondentes 34,8% encontra-se entre 25 a 34 anos, 33,3% de 35 a 45 anos, 13,6% de 46 a 54 anos, 12,1% de 17 a 24 anos e 6,2% mais de 55 anos, demonstrando que a maioria dos entrevistados são jovens e adultos.

Gênero: Dos participantes da pesquisa 72,7% são do sexo feminino e 27,3% sexo masculino. Dos critérios para seleção dos beneficiários constava, mãe solteira, com um ou dois filhos, e ainda famílias de baixa renda.

Renda familiar: Quanto à renda familiar: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) classifica a população brasileira em cinco classes sociais, de A a E, cada uma delas agregando famílias de renda mensal semelhante; 69,2% encontram-se na classe E com renda até 2 salários-mínimos, classe D com 24,6% de 2 a 4 salários-mínimos e classe C 6,2% de 4 a 10 salários-mínimos.

Número de moradores na unidade habitacional: Encontram-se morando na mesma unidade habitacional: 34,8% - 3 pessoas, 22,7% - 4 pessoas, 22,7% - 2 pessoas, 9,1% - 5 pessoas, 3,1% - mais de 5 pessoas e 7,6% - apenas 1 morador. Muitos tiveram receio no momento de comentar tal questionamento pois estão em desacordo com os programas evidenciando que famílias com mais de 3 crianças encontram-se em vulnerabilidade social e econômica.

Número de moradores por cômodo utilizado como dormitório: Quanto à quantidade de moradores por cômodo utilizado como dormitório: 74,2% responderam dois moradores por dormitório, 10,6% respondeu mais de 3 moradores por dormitório e apenas 15,2% responderam 1 morador por dormitório. É fato relevante a preocupação dos programas observarem melhor as

acomodações para que as famílias possam usufruir de um melhor espaço, acondicionamento e conforto.

Número de crianças na unidade habitacional: Quanto à unidade habitacional, 57,4% responderam que há 1 criança, 29,8% que há 2 crianças e 12,8% têm mais que 3 crianças. Quando encontram-se mais que três crianças nota-se desacordo com os programas, pois deve ser contabilizado o tamanho e o espaço para o desenvolvimento destas crianças, sendo que estas encontram-se em apartamentos e casas de no máximo dois dormitórios.

Número de idosos na unidade habitacional: 78% dos moradores não têm nenhum idoso morando na mesma unidade habitacional, 15% têm um idoso e 7% dois idosos por moradia. Os idosos são do grupo prioritário para receber moradia, pois estes possuem condições financeiras reduzidas para comprar um imóvel sendo na maioria aposentados que recebem até um salário mínimo.

Número de pessoas com deficiência física na unidade habitacional: 90% dos moradores responderam que não têm na mesma unidade habitacional pessoa com deficiência física, 8% responderam que têm um morador com deficiência física e 2% dos moradores responderam que há 2 pessoas com deficiência na mesma moradia. As pessoas com deficiência física também integram grupo prioritário e normalmente contam apenas o auxílio saúde para suas despesas e de seus familiares.

Motivo/situação de risco que levaram buscar o programa habitacional: 12,5% sem condições de pagar aluguel, alguns não tinham moradia fixa, viviam de favores de familiares e conhecidos, por inundação e moradia próximo a lixões sem saneamento básico, e 8,9% destacam o sonho da casa própria moravam de aluguel, a busca pelo imóvel próprio.

Importância quanto às políticas públicas, itens mais importantes para si e para sua família: 98,1% dos moradores responderam que as políticas públicas quanto ao acesso à educação de qualidade são importantes, acesso a alimentos de qualidade; melhoria dos serviços de saúde, acesso a água potável e ao saneamento são importantes, 1,9% responderam que não são importantes.

Acesso ao telefone e à internet: 87,5% dos moradores responderam que as políticas públicas quanto ao acesso a telefone e à internet são importantes; 12,5% responderam que não são importantes. Este fator é importante pois, contribui para a socialização e integração das famílias com o ambiente e a comunidade.

Proteção contra o crime e a violência: 92,5% dos moradores responderam que as políticas públicas quanto ao acesso à proteção contra o crime e a violência são importantes; 7,5%

responderam que não são importantes. Este fator é importante por eles estarem vivendo anteriormente em condições de vulnerabilidade social, e com a mudança de vida a segurança é um caminho para viver melhor.

Melhores oportunidades de trabalho: 90,7% dos moradores responderam que as políticas públicas quanto ao acesso a melhores oportunidades de trabalho são importantes; 9,3% responderam que não são importantes. Fator importante pois, com a moradia estando localizada em bairros com acesso aos centros de comércio e indústrias, pode-se procurar empregos mais próximos de suas moradias.

Em relação à unidade habitacional: 69,0% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto à iluminação das unidades habitacionais; 31,0% responderam que não estão satisfeitos. 64,4% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto à umidade na unidade habitacional; 35,6% responderam que não estão satisfeitos. 61,7% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto à temperatura na unidade habitacional; 38,3% responderam que não estão satisfeitos. 66,1% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto à distribuição e área dos imóveis – cômodos na unidade habitacional; 33,9% responderam que não estão satisfeitos. Esta questão foi relevante pois, nos casos de condomínio, houve sorteio e não foi de livre escolha, e a maioria não tem sua moradia bem condicionada apesar da construção serem feitas de forma padronizada, muitas famílias citaram, que há infiltração, má localização, falta de luz solar, etc... Mesmo as famílias apontarem que estão satisfeitos ainda há muito a melhorar.

Quanto à inserção urbana: 90,0% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto à disponibilidade de locais de saúde (postos de saúde, hospitais, clínicas e pronto-socorros) próximos à unidade habitacional; 10,0% responderam que não estão satisfeitos. 98,3% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto a escolas próximas da unidade habitacional; 1,7% responderam que não estão satisfeitos. 88,3% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto ao transporte de fácil acesso próximo da unidade habitacional; 11,7% responderam que não estão satisfeitos. Importante destaque para estas instalações próximas às moradias, como se trata de famílias de baixa renda é importante estas questões centrais de desenvolvimento, estar disponível para elas, quando se trata de desenvolvimento local e urbano são destaque a disponibilidade destas estruturas.

Quanto o entorno dos empreendimentos: 80% dos moradores responderam que estão satisfeitos quanto ao entorno do empreendimento quando se trata de vizinhos; 20,0% responderam que não estão satisfeitos. 56,7% dos moradores responderam que estão satisfeitos

quanto ao entorno do empreendimento quando se trata de segurança; 43,3% responderam que não estão satisfeitos. Pode se notar neste item que há pouca segurança nos bairros destas unidades habitacionais. 63,3% dos moradores responderam que estão satisfeito quanto ao entorno do empreendimento quando se trata de lazer; 36,7% responderam que não estão satisfeitos. 60,0% dos moradores responderam que estão satisfeito quanto ao entorno do empreendimento quando se trata de trabalho social; 40,0% responderam que não estão satisfeitos. Este relato deve-se ao que muitos levantaram na entrevista, de que, o trabalho social é quase inexistente. Alguns citaram que no início dos programas havia trabalho social com os moradores, cursos de culinária, artesanato e outras atividades para envolver os moradores em ações sociais. São questões importantíssimas, quando pensa-se no convívio, qualidade, estado ou condição do que é habitável, é possível refletir nos seus arredores e entornos; são parte da sociedade e da comunidade pois é preciso estar em local habitável, com bons vizinhos, segurança, lazer para as famílias, trabalho social, aprendizagem e etc..

Quanto à percepção de mudança no custo de vida: 68,3% dos moradores responderam que estão satisfeito quanto à percepção de mudança no custo de vida, despesas com água, luz e condomínio por mês; 31,7% responderam que não estão satisfeitos. Quanto à percepção de mudança no custo de vida quanto a despesas com transporte por mês, 66,7% responderam que houve e 33,3 % que não houve mudança. Referente à percepção de mudança no custo de vida quanto a despesas com aluguel por mês, 45,0% responderam que houve e 45,0% que não houve mudança. Percebe-se que as famílias tiveram algumas mudanças quanto as despesas, destaca-se que alguns perceberam a mudança, em decorrência de que onde moravam muitos não pagavam aluguel mas, moravam em habitações que muitas vezes não tinha água potável, esgoto, saneamento básico e até mesmo não pagavam aluguel pois moravam com outros parentes.

Quanto ao bem-estar: 80,0% responderam que houve e 13,3% que não houve mudança. Em relação à percepção de mudança na qualidade de vida quanto ao aumento de bem-estar, 60,0% responderam que houve aumento e 20 % que não houve aumento. Quanto à intenção de permanência naquela moradia, 36,7% responderam que há intenção de permanecer e 27,3 % que não há intenção de permanecer. Destaca-se que houve a mudança na qualidade de vida, percebeu-se que a maioria está satisfeita, o que significa a importância em proporcionar estes programas habitacionais, que servem para melhorar a vida das famílias de baixa renda.

Quanto ao trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): 66,7% dos moradores fazem parte de trabalho social e 33,3% não fazem parte. Quanto ao trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) envolvendo formação em programas de geração

de trabalho e renda para os moradores, 53,3% não acham importante e 46,7 acham importante. Quanto ao trabalho social no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), os moradores responderam em relação ao acesso ao mercado de trabalho: 63,3% têm acesso e 36,7% não. Estes fatores são ações importantes para promover a qualidade de vida das famílias, estas preocupações contribuem para as famílias poderem adquirir melhores condições de vida, se manter.

A percepção quanto ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS: A percepção quanto ao Desenvolvimento Sustentável em que os Objetivos tratam de ações para melhorar a qualidade de vida, 88,3% dos moradores responderam que percebem a importância do Desenvolvimento Sustentável e 11,7% não. Segundo a ONU – *habitat*, habitação acessível, é aquela adequada em qualidade e localização, que não custa tanto a ponto de impedir seus moradores de arcar com outros custos básicos de vida ou ameaçar seu gozo de direitos humanos básicos. Tendo em vista que os programas habitacionais são destaque na Agenda 2030, estes estudos são para melhorar a vida das famílias de baixa renda, promovendo ações concretas que mudam a vida de pessoas que antes não tinham condições de adquirir a casa própria.

Conhecimento sobre o assunto Habitação de Interesse Social: Quanto ao conhecimento sobre o assunto Habitação de Interesse Social, 59,1% responderam que têm conhecimento sobre o assunto e 40,9% responderam que não. Nota-se que a maioria tem conhecimento sobre o assunto, mesmo as famílias sendo parte dos programas habitacionais de interesse social; muitos ainda não tem conhecimento. O assunto é vivido na prática do dia a dia destas famílias sendo que muitas famílias ainda buscam participar destes programas.

Ponto de vista sobre a importância do Programa de Habitação de Interesse Social no qual você está inserido: Quanto à importância do Programa de Habitação de Interesse Social no qual o morador está inserido, 93,9% respondeu que sim, são importante os programas habitacionais, e 6,1% não acham importante. Segue as respostas dadas pelos beneficiados.

- a) Moradia digna a todos que precisam através de ação social é muito importante;
- b) Para melhor andamento, ajuda e manutenção do Condomínio, sendo que assim os moradores têm melhorias;
- c) Acho importante, mas teria mais importância se todos os projetos tivessem tido continuidade, mas como não houve creio que outros projetos assim não terão êxito pois quando se começa mal não tem como dar certo;
- d) Sim é importante para as pessoas que não tem condições de comprar casa e alimentação e saúde adequado tenha acesso ao serviço social;

- e) Porque se não existe o programa talvez eu não teria meu lar;
- f) Eu acho que esse programa de habitação deu mais chance para as pessoas terem a casa própria;
- g) Por gerar oportunidade para muitas famílias de ter a sua casa própria;
- h) Acho de extrema importância pois traz dignidade, foi um dos melhores programas implantados pelo governo com benefício direto para quem realmente precisava;
- i) Sim, porque propicia dignidade às famílias. Um teto para morar, e melhoria da condição financeira, deixando de pagar o alto custo do aluguel;
- j) Pois existem muitas famílias sem condições de conseguir uma moradia digna e outros muitos pagando aluguel;
- k) Tem que dar continuidade, investir mais em moradias para famílias de baixa renda;
- l) Pelas condições de moradia antiga, pela falta de segurança e pela dificuldade financeira;
- m) Sim porque dá assistência às pessoas necessitadas;
- n) Porque a maioria das pessoas não tem renda para comprar imóveis de outra forma;
- o) Para pessoas carentes;
- p) Estaria na rua;
- q) Pois o programa dá vida a muitas famílias e oportunidade para ter seus cantinhos;
- r) Para melhorar a qualidade de vida das pessoas;
- s) Porque muitas pessoas aqui pagavam aluguel (caso da minha família); nesse quesito o custo agora é bem menor.
- t) Não é o ideal ou perfeito. Mas melhorou a vida de muitos;
- u) Por não ter muito acesso a outras moradias (comprar);
- v) Pelo acesso a uma moradia barata e segura;
- w) Porque este programa tornou possível eu ter minha própria moradia ainda mais eu que sou mãe solteira e tenho filhos menores ainda;
- x) Todos têm a possibilidade de sair do aluguel;
- y) Ter uma moradia melhor que a anterior;
- z) Para mais pessoas terem sua casa própria;

Os beneficiados reconhecem as melhorias destes programas, as políticas de inclusão social são importantes, buscam atender as necessidades das famílias de baixa renda. Muitos partiram de seus antigos assentamentos precários, e por consequência da falta de programas de

moradias, urbanismo e planejamento, eles convivem muitas vezes com a violência, situação de risco de vida, tráfico de drogas e carência de um amparo social.

Quanto ao conhecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): 71,7% respondeu que não têm conhecimento dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 28,3% têm conhecimento. Nota-se que eles não tem conhecimento quanto a didática dos objetivos de desenvolvimento sustentável, mas tem sentido na pele, que é necessário este envolvimento pois são destes objetivos que se espera um futuro melhor para todos.

Quanto à importância de garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível: Quanto à importância de garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, 56,1% acham extremamente importante, 37,9% acham muito importante e 6% acham ligeiramente importante. Destaca-se que é de extrema importância, pois acarretou em mudança de vida para as famílias; muitas famílias, que hoje estão tendo a oportunidade que antes não existia, por isso se afirma a importância dos programas sociais de desenvolvimento, programas habitacionais.

Quanto à importância de proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, sustentáveis e a preços acessíveis: Quanto à importância de proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, sustentáveis e a preços acessíveis, 45,5% acham extremamente importante, 48,5% acham muito importante e o restante ligeiramente importante. Destaca-se que as famílias em sua maioria acham de extrema importância pois elas precisam de transporte, seguro e de preços acessíveis para sua locomoção, para saírem em busca de trabalho e para o processo de socialização onde diz respeito à adaptação de um indivíduo ou grupo social perante a sociedade, facilitando ainda o processo de integração social.

Quanto à importância de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e a gestão: Quanto à importância de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planejamento e a gestão, 56,1% acha muito importante, 36,4% extremamente importante e o restante ligeiramente importante e Moderadamente importante. Nota-se que o planejamento é importante pois dele que acontece a transformação social, com integração, habitabilidade e gestão.

Quanto à importância de proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes: Quanto à importância de proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, 47% acham muito importante, 47,0% extremamente importante e o restante ligeiramente importante e moderadamente. Este assunto é relevante pois trata de espaço, urbanização e desenvolvimento sustentável, para

melhor proporcionar programas de moradia é possível planejar e viabilizar acesso aos espaços públicos, acessíveis e verdes, para contribuir com a inclusão social, proporcionando ainda áreas de lazer.

Quanto à importância das relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais: Quanto à importância das relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais; 57,6% acham muito importante, 31,8% acham extremamente importante e o restante moderadamente e ainda ligeiramente importante. Pensando no todo, nas necessidades das cidades, criando uma conexão com as cidades nas áreas urbanas e rurais, havendo assim, um avanço no desenvolvimento regional, onde todos contribuem para pensar juntos e gerar mecanismos para reestruturar as localidades.

Importância até 2030: aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos: Quanto à importância até 2020 de aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos, 57,6% acham muito importante, 27,3% extremamente importante, 9,1% moderadamente importante e, ainda, 6% ligeiramente importante. Os programas habitacionais, foram de certa forma um sucesso, importante destacar a mudança de vida dos beneficiados, as soluções habitacionais são percebidas, busca-se aumentar as oportunidades para aqueles que ainda não foram beneficiados. Há famílias ainda que estão na faixa da pobreza, e precisam de subsídios e oportunidades para poderem adquirir a casa própria direito de todo o cidadão.

Importância em ações governamentais apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira para construções: Quanto à importância em ações governamentais apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções, 53% acha muito importante, 28,8% acha extremamente importante, 9,1% moderadamente importante e 9,1% nem um pouco importante e ligeiramente importante. A maioria acha importante pois são ações para melhorar a vida de todos inclusive com assistência para aqueles menos favorecidos. Países menos desenvolvidos necessitam deste suporte, para se reestruturar, implementar condições necessárias para se desenvolver.

Estas preocupações são existentes na Agenda 2030, e os Objetivos da ODS, quanto ao Desenvolvimento das cidades, você acha este necessário? Os moradores que responderam o questionário concordam que estas preocupações existentes na Agenda 2030 e os Objetivos da ODS e o Desenvolvimento das cidades, 98,5% sim é necessário e apenas 1,5% responderam que não é necessário. Nota-se que a maioria dos moradores acham necessárias essas preocupações,

e que é de extrema relevância para estes moradores, pois pode acarretar em novos projetos e ações que beneficiem mais famílias carentes ao redor do mundo.

6.2 Discussão dos resultados

A habitação social é objeto de estudo que vai além de ser um direito prioritário; é uma conquista fundamental para o bem-estar das pessoas e da comunidade. Nesse sentido, é importante relacionar o estudo com a legislação vigente a respeito, e os programas que estão sendo realizados, para alcançar as melhorias no cenário da área urbana do município. A privação das necessidades básicas apresenta uma enorme disparidade social, quando muitos têm tão pouco e poucos possuem muito. A desigualdade social no município de Ijuí é retratada na procura por programas sociais. Famílias vivem de benefícios e assistências, muitas vezes, diariamente. Além de moradia, há busca por alimentos, roupas, e esta procura é constante no município de Ijuí.

Percebe-se que os Programas de Habitação por Interesse Social trouxeram para muitas famílias a moradia digna, melhoria em suas antigas moradias, condições de habitabilidade, e integração social. É destaque ainda o relato das famílias dizendo o quanto é necessário e importante ter oportunidades como esta, de ter sua própria moradia. Para tanto, nota-se que a continuidade dos programas seria um avanço no desenvolvimento urbano e sustentável, gerando não só disponibilidade para uns e sim possibilidades para muitos, tornarem suas vidas melhores e darem condições aos seus filhos um lugar melhor de se viver.

Contudo, destaca-se o relato de um morador do condomínio Colméia, “Acho de extrema importância pois traz dignidade, foi um dos melhores programas implantados pelo governo com benefício direto para quem realmente precisava.” (Relato de morador de uma unidade habitacional do Programa MCMV de Ijuí). Primeiramente, é possível verificar que o programa habitacional deu oportunidade às famílias, famílias carentes, de baixa renda, muitos relataram que estariam morando na rua, algumas são mães solteira, sem condições de terem casa própria se não fosse este programa. Com o relato dos moradores, pode-se identificar que alguns viviam em casas que não tinham esgoto, saneamento básico, isto tudo foi transformador na vida destas famílias.

No contexto de um ambiente extremamente individualista, seguimos compreendendo que devem ser tomadas cada vez mais iniciativas em prol da comunidade para podermos ajudar na construção de um país melhor. Se cada um fizesse um movimento em prol de ajudar o

próximo, seria diferente o retrato social em que vive-se no momento atual. No Brasil, no entanto, tem sido crescente a participação da sociedade junto ao poder público na formulação, execução e controle de políticas públicas, fenômeno que veio a ser viabilizado em razão do processo de democratização do país. O autor, contudo, colabora asseverando que “... A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEM, 2002, p. 23).

Pode-se afirmar que há, na sociedade, uma grande disparidade social, e algumas famílias não têm os mesmos privilégios que outras, por isso entende-se que o governo precisa criar e promover políticas públicas para atender às diversas dificuldades e aumentar as condições para que essas famílias tenham capacidades e oportunidades. Conforme Sen (2002), no contexto dos países em desenvolvimento a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades sociais tem importância crucial. A maioria dos moradores beneficiários dos Programas Habitacionais concordam que estas preocupações existentes na Agenda 2030, os Objetivos da ODS e o Desenvolvimento das cidades, são necessárias, muitos admitem que é de extrema relevância, pois pode acarretar em novos projetos e ações que beneficiem mais famílias carentes ao redor do mundo.

7 Considerações finais

A partir deste estudo pôde-se analisar as contribuições da HIS no planejamento das cidades e na instituição de futuros programas que contribuam para o desenvolvimento em prol da comunidade, e, ainda, pensar em como cooperar com os assentamentos atuais quando se fala em cidade criativa, o que abrange, também, uma cidade sustentável. Fica evidente que o município de Ijuí busca, com programas e recursos governamentais, bem como com recursos próprios, alocar as famílias em vulnerabilidade social, de forma que todos possam ter uma moradia digna, com qualidade, proporcionando o direito à habitação, para que possam estar amparadas em suas residências.

A trajetória deste estudo revelou identificar as famílias atendidas pelos programas habitacionais conhecendo as melhorias e os reais benefícios adquiridos a partir da participação nos Programas, como melhorias nas moradias, conquista da casa própria com saneamento básico, luz, água potável, e ainda obtendo uma grande mudança na questão social. A busca pela moradia digna e de qualidade, portanto, torna-se uma missão muito difícil, apesar de muitos Programas existirem. Nota-se que existe uma deficiência em atender às necessidades das famílias carentes que ainda se encontram na faixa da pobreza. Há um conjunto de necessidades além de

moradia, pois também precisam de saúde, educação, alimentos e outras prioridades para sua sobrevivência.

Os programas habitacionais são uma alternativa para o desenvolvimento local, a Organização das Nações Unidas, pensa em uma discussão global, para promover capacidades suficientes para todas as pessoas possam ter condições de vida, mesmo inserida em um contexto diferente. Segundo Sen (2002), ele fala que as pessoas não tem as mesmas oportunidades, e que estão inseridas em contextos diferentes; as pessoas não tem os mesmos privilégios, mas elas deveriam ter condições e capacidades iguais. Devido a isso a sociedade para haver o real desenvolvimento deve promover a todos, condições para adquirirem as mesmas oportunidades e ter liberdades reais. Pois as liberdades reais são as escolhas que deveriam estar disponíveis à todos.

A desigualdade social promove um grande desafio para a humanidade, com o crescimento das cidades, a dependência daqueles que mais necessitam surge cada vez mais forte, as pessoas tem necessidades básicas urgentes. Dar oportunidades para aqueles que mais precisam é necessário, a Agenda 2030 trata de ações para minimizar a desigualdade social no mundo em um tempo ágil para muitos países avançarem no desenvolvimento. Contudo, pode se dizer que as famílias que estão inseridas no programa habitacional, estavam, necessitadas de moradia, moradia de qualidade a qual foi relatada, onde a maioria encontra-se satisfeita, houve grande mudança na qualidade de vida, saindo de lugares muitas vezes sem condições humanas de sobrevivência. Muitos concordam que este programa é de extrema importância e necessária no contexto atual em que vivemos no nosso município e nosso país.

O Programa Minha Casa Minha Vida, é um programa habitacional do governo federal em conjunto com o governo municipal. Pode-se dizer que foi um programa de sucesso. As soluções habitacionais são percebidas, teve aspectos que impactaram a vida das famílias atendidas pelos programas, as ações tomaram proporções de transformação na vida das pessoas. É possível perceber como relata os moradores, a mudança na qualidade de vida, qualidade habitacional, proximidade de postos de saúde, escolas, mobilidade urbana, vários aspectos resultaram em moradias e conjuntos habitacionais como lugares bons de se morar. Portanto, é possível analisar suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico do município.

Especificamente, a partir dos programas habitacionais as famílias estão tendo oportunidades, estas oportunidades que ocorreram nos anos de 2009 a 2019, são programas que servem de análise e reflexão; para proporcionar futuros caminhos e oportunidades para as famílias que ainda se encontram na linha da pobreza. Ainda é preciso pensar em como atender

aos aspectos de cada família, a diversidade das famílias é um fator importante, proporcionando e atendendo as reais necessidades de cada uma delas. Contudo, as políticas de inclusão social juntamente com programas de urbanização, deverão encontrar soluções com melhorias nos programas, buscando futuramente um programa de políticas para moradias, que atendam as necessidades de cada família. Conhecendo a realidade particular, ambiental, específica de cada local, para pensar em melhorar a condição humana e integração com as cidades, proporcionando às pessoas uma vida digna e socializada.

Referências

ABIKO, Alex; MORAES, O. B. de. **Desenvolvimento urbano sustentável**. São Paulo, 2009.

AITH, F. **Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado Democrático de Direito e de promoção e proteção dos direitos humanos**. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 203-233.

AZEVEDO, S. de. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n. 4, p. 107-119, 1988.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE; UFRGS, 2002.

CNM. Confederação Nacional de Municípios. **Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros**. O que os gestores municipais precisam saber. Brasília: CNM, 2016.

COSTA, M. C. C. **Sociologia introdução à ciência da sociedade**. Porto Alegre: Editora Moderna, 1987.

DIAS, D. M. D. S.; DE JUSTIÇA, P. O direito à moradia digna e a eficácia dos direitos fundamentais sociais. **Revista do Ministério Público do Estado do Pará**, 5(1), p. 65-76, 2010.

FRANCELIN, M. M. A epistemologia da complexidade e a ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 2, 2003.

HIRANO, S.; ESTENSSORO, L. Padrões de desenvolvimento e de oportunidade social na América Latina e no Leste Asiático. **Cadernos Prolam/USP**, 5(9), p. 107, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil em números**. Rio de Janeiro, 2002.

IJUÍ. Coordenadoria de Comunicação. **Relatório Prestação de Contas Principais Ações 2017**. Secretaria Municipal de Habitação. Disponível em: https://www.ijui.rs.gov.br/secretarias/habitacao/3_a_secretaria. Acesso em: 27 abr. 2020.

IJUÍ. **Lei nº 5.322, de 14 de setembro de 2010**. Institui o Programa Municipal de Habitação de Interesse Social, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/ijui/lei-ordinaria/2010/532/5322/lei-ordinaria-n-5322-2010-institui-o-programa-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 abr. 2020.

KOURY, A. P.; BONDUKI, N. G.; MANOEL, S. K. Análise tipológica da produção de habitação econômica no Brasil (1930-1964). Seminário Nacional, 5., 2003, São Carlos. **Anais [...]**. São Carlos: [s.n.], 2003. p. 1-23.

LOBO, A. C. As Nações Unidas e os direitos humanos. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 47, p. 75-83, 2015.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, Campo Grande, 2002.

ODS. Disponível em: [Objetivos_de_Developolvimento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf \(cnm.org.br\)](#)

ONU. Organização das Nações Unidas. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

ONU. Organização das Nações Unidas. Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Declaração de Estocolmo**. Estocolmo, 1972.

PNDU. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2002. Disponível em: www.pnud.org.br/ e <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>.

PNUD. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. 2016. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002. p. 168.

TENÓRIO, F. G. E.; KRONEMBERGER, T. S. **Gestão social e conselhos gestores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016. 53 p.